

Cerimónia de Lançamento do Livro “Desafios para Moçambique, 2010”

Apresentação da II parte do livro: Desafios de Construção de uma Economia Sustentável

por

Rogério Ossemane (IESE)

A segunda parte do livro aborda os desafios da construção de uma economia sustentável. Esta parte é composta por 4 artigos que, apesar de escritos independentemente, representam partes interligadas que em conjunto contribuem para identificação dos constrangimentos e desafios de desenvolvimento económico a diferentes níveis. Apesar de não serem abordados em detalhe todos aspectos cruciais para o crescimento sustentável, esta discussão tem o mérito de partir de uma visão geral dos desafios de desenvolvimento, seguida da análise mais em detalhe de algumas das questões e opções básicas para atacar estes desafios mais gerais.

Esta parte questiona o paradoxo do sucesso dependente e incapaz de gerar significativas mudanças estruturais na economia. Um conjunto de questões, assentes na análise das dinâmicas económicas do país, colocam em evidência as fraquezas estruturais da economia nacional e iluminam as questões, opções e desafios chave para sustentabilidade económica, social, ambiental e política do padrão de crescimento: Quão sustentável pode ser um crescimento largamente sustentado pelo exterior e sem evidências de se estar a caminhar para redução dessa dependência? Quão sustentável pode ser um crescimento assente numa economia extractiva, isto é, uma economia que exporta o que produz com baixo nível de processamento e importa processado o que consome? Quão sustentável pode ser uma economia altamente porosa, isto é com fraca capacidade de reter a riqueza que gera como resultado das suas fracas ligações fiscais e produtivas?

O primeiro artigo desta parte faz uma análise geral das dinâmicas de crescimento e de estabilidade da economia e daí identifica os desafios mais globais de desenvolvimento da economia nacional. Da sua análise o artigo identifica um padrão de crescimento da economia como geradora de crises cíclicas de retracção como resultado de períodos de crescimento assentes em dinâmicas geradoras de permanente instabilidade estrutural. Desta forma, os desafios para construção de uma economia sustentável passam por romper com a sua natureza extractiva, concentrada e, por consequência, instável e porosa. Estes desafios são: *(i)* diversificação, articulação da produção, logística, comércio e finanças, e ampliação da base social e regional de acumulação e distribuição; *(ii)* gestão e

aproveitamento racional das dinâmicas e tendências de desenvolvimento do complexo mineral-energético e dos fluxos de ajuda externa; *(iii)* construção da estabilidade macroeconómica de longo prazo, assente numa estrutura diversificada, competitiva e articulada de produção e comércio e independente da ajuda externa; e *(iv)* a apropriação pelo Estado das rendas dos recursos e outras que permitam realizar as mudanças económicas, sociais e políticas, incluindo a direcção e amplitude dos centros de acumulação e padrões de distribuição.

O segundo artigo, apresenta o desenvolvimento rural como uma das opções básicas para enfrentar estes desafios. Construindo o raciocínio através da formulação de um conjunto de postulados sobre como pensar nos desafios do desenvolvimento rural em Moçambique, o artigo procede a derivação lógica dos postulados e respectivas implicações de política. Os dois primeiros postulados defendem que o desenvolvimento rural, entendido como o processo de industrialização rural, deve ser o foco de articulação e o centro de gravidade da estratégia nacional de desenvolvimento. Para além destes postulados, cinco outros são desenvolvidos procurando identificar os principais dilemas e critérios socioeconómicos para análise da industrialização rural e estabelecer a relação entre o desenvolvimento rural e as ligações intersectoriais, as mudanças institucionais, e a reestruturação das relações externas, como aspectos cruciais na moldagem do padrão e ritmo de industrialização articulada da economia.

O terceiro artigo olha para a expansão acelerada da exploração mineira que se tem registado na última década no país e para as pressões e conflitos resultantes em torno dos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra. Ao fazer isto, são levantadas algumas questões sobre as implicações das medidas que têm sido adoptadas, no sentido de amenizar os conflitos atinentes. O artigo chama atenção para o facto da actividade mineira merecer prioridade legal em relação a outros usos da terra, sob o fundamento de que as operações mineiras resultam num benefício socioeconómico superior. Isto tem gerado situações de desalojamento de populações e de eliminação da possibilidade de desenvolvimento de outras actividades económicas para as mesmas. Visando compensar por este facto, os projectos mineiros em geral trazem a promessa de apoiar os planos de reassentamento das populações, garantias de ressarcimento pelos danos e perdas sofridos, oferta de emprego, construção e melhoria de infra-estruturas sociais, isto aliado a intenção do Estado de manter na comunidade uma verba resultante das explorações mineiras para o desenvolvimento de actividades de benefício local. No entanto, a evidência mostra que o cumprimento destas promessas tem estado bastante aquém do desejado, e, mais grave ainda, a fraca articulação estratégica entre as actividades mineiras e o resto da economia, sugere um cenário de agravamento das condições de concentração, desarticulação e porosidade da economia. Esta fraca articulação faz dos projectos de exploração mineira uma ameaça

de esgotamento de recursos sem o desenvolvimento de novas oportunidades e capacidades para o futuro.

O quarto artigo aborda a questão das fontes do financiamento ao desenvolvimento. O artigo mostra que não só a capacidade doméstica actual de financiamento a economia é irrisória para as necessidades existentes, como não existem ainda indicações de se estar a caminhar para redução desta fraqueza e da respectiva dependência em recursos externos. Desta forma, o artigo partilha da visão da necessidade de mudança do padrão de crescimento com mudança do paradigma político, social incluindo o quadro de valores prevalecentes.

Como se pode depreender os quatro artigos partilham da visão de que o modelo de “sucesso” económico actual não contribui para resolver várias das fraquezas estruturais da economia e que mudanças radicais são indispensáveis para o crescimento sustentável do país. No entanto, o padrão de acumulação reflecte os conflitos, tensões, e pressões em permanente construção e, portanto, os desafios que são identificados e a forma de os abordar também reflectem essas mesmas dinâmicas. Como tal, nem todos os artigos desta parte são consensuais na identificação dos desafios prioritários e maneiras de os abordar e muito menos o são as diferentes sensibilidades da sociedade. Neste sentido, não é objectivo desta parte trazer uma receita única para transformação do padrão de acumulação. O objectivo principal desta parte é de contribuir para explicar as causas dos padrões existentes e as dinâmicas sociais, políticas e económicas que emergem de tais padrões e, desta forma, identificar os processos políticos e sociais reais através dos quais os padrões económicos podem ser mudados. É neste sentido que se concentra o valor adicional desta parte do livro, como contributo para o reforço da cidadania nacional participando no pensar a economia e a sociedade e informando construtivamente o debate sobre os desafios de construção de uma economia sustentável.

Muito Obrigado,

Maputo, 22 de Fevereiro de 2010